



O DEBATE SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: AS INTERFERÊNCIAS DA SOCIEDADE ATRAVÉS DAS ESPECIFICIDADES INFANTIS E DA CRIANÇA

Fernanda Graziela Rodrigues da Costa ¹

INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa vem com a finalidade de fazer o levantamento teórico sobre essa abordagem de debate e diálogo sobre questões de gênero e sexualidade na educação, mais especificamente sobre as interferências estruturais da sociedade que influenciam e interferem diretamente no comportamento infantil e que levam a um contínuo processo de preconceito ao longo dos anos. Sendo o processo de escolarização essencial para a formação do indivíduo que está em seu estágio de iniciação de formação social e crítica, se faz necessário que determinadas abordagens e temas cheguem até as crianças por meio da educação. Porém, principalmente na escolarização, são impostos uma série de barreiras e entraves nesses temas, trazendo a dificuldade do diálogo, do debate e da investigação, ocasionando assim, um grande tabu a ser trabalhado nos indivíduos que nela pertencem.

Por essa razão, buscou-se pesquisadores, através da pesquisa qualitativa teórica, que abordam essa temática para que se compreenda os processos do debate que deveria ser estabelecido nas escolas, uma vez que, com o possível sucesso da implementação dessa didática, haja a intervenção do professor com mais diálogo, compreensão e prevenção de condutas preconceituosas, além da conscientização de possíveis crimes que as crianças poderão ser expostas por essas possíveis más condutas presenciadas na sociedade por falta desse debate social. Nesse sentido, Fontana e Cruz (1997), Junqueira (2007), Finco e Oliveira (2011), Santiago e Faria (2015), Monteiro, Storto e Ribeiro (2019), Forner (2020) e outros, ajudam a compor levantamentos para este diálogo que carece com urgência, de visibilidade. Assim como argumenta Gil (2002, p. 55), a pesquisa em questão vem com a finalidade “de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.”

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, fernanda.grdc@gmail.com

O aporte metodológico se deu através de pesquisas de natureza qualitativas, partindo da perspectiva de analisar vários pontos fundamentais acerca do debate de gênero e sexualidade, além das especificidades da criança e de seu universo, Ademais, o artigo se baseia em quatro divisões referentes a importância desse assunto e que juntas, somam as características singulares para agregar a esse debate pertinente, as quais se baseiam em: a) Poderia a criança ser considerada um grupo antropológico?; b) Como se dará o ressentimento do indivíduo?; c) Qual a pertinência do debate sobre gênero incluindo questões norteadoras infantis?; d) Seria o tradicionalismo um fator decisivo para o paradigma criado acerca do tema?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fontana e Cruz (1997) levantam uma essencial observação enquanto a criança em concepções antropológicas ao se ressaltar que, até antes do século XVII, a criança não era considerada com a mesma visão que na atualidade, ou seja, a criança não era concebida como um ser que possui necessidades, que têm singularidades, especificidades, modos de pensar e opiniões; e o seu estudo na história é consideravelmente recente.

Sendo ela (a criança) podendo ser considerada um indivíduo que assume uma atribuição essencial para a construção da sociedade moderna a partir de suas particularidades. Uma visão adultocêntrica (visão essa que exalta o adulto como centro da sociedade, ignorando a relevância que a criança tem) deve ser considerada errônea e equivocada, Faria e Santiago em seus estudos sobre o adultocentrismo comentam que:

O adultocentrismo é um dos preconceitos mais naturalizados pela sociedade contemporânea. Ele atribui capacidades e fazeres às crianças para que se tornem adultas no futuro, desconsiderando os aspectos singulares da própria infância, tornando esse momento da vida apenas uma passagem, apenas um vir a ser, em que aprendemos a nos relacionar e a nos integrar à sociedade. (2015, p. 73)

Concomitante a isso, sobre a área educacional, os autores expõem que: “a educação não transmite um conhecimento isento de uma ideologia adultocêntrica, esta é alicerçada nos pressupostos criados pelos adultos, rotulando e normalizando as produções, os comportamentos e as linguagens das crianças.” (2015, p. 74) Por essa razão, a antropologia que estuda especificamente as singularidades e especificidades das crianças se torna fundamental para entender a sua complexidade enquanto sujeito, pois a criança pode apresentar o reflexo da sociedade a qual se vive; ressalta-se que esse reflexo de comportamento, de acordo com o que trata-se este trabalho e no que se pode observar

atualmente, está caracterizado por questões de gênero que envolvem aspectos da sexualidade em que determinados grupos sociais buscam normalizar de maneira impositiva às crianças.

Diante do avanço civilizatório natural que as sociedades passam através dos anos, o sujeito, mesmo com sua individualização, agrega hábitos, costumes e modos de vivências que são espelhados (ou não) de outros sujeitos, essa mistura de particularidades nos traz um amontoado de condutas específicas em cada sociedade. O indivíduo que se acomoda no meio em que vive, internaliza o comportamento que se vê como uma espécie de “modelo certo” de sociedade a qual todas as outras deveriam seguir; mas o seu pensamento superficial de transformação impede que o sujeito consiga visualizar o fato de que a sociedade não é imutável, ou seja, apesar das suas particularidades, ela é passível de mudanças e reformulações.

Quando se trata da acomodação e da inércia de um indivíduo frente ao modo de condução da sociedade, Forner (2020) traz que, o ressentimento que o sujeito cria ao se deparar com as mudanças sociais, políticas, culturais, e tudo que envolva o seu meio coletivo, se advém da frustração em imaginar que a sua sociedade seria imutável, ou seja, seu ressentimento é na relação de vítima dentro da sociedade, pelo fato de que a sociedade não cumpriu uma “promessa” que fora idealizada pelo sujeito, a qual se refere na inalterável conduta da sociedade. O ressentimento, por mais natural que seja do indivíduo a partir das suas particularidades, não pode ultrapassar a ética e a moral da sociedade.

Todavia, o mecanismo de defesa referente ao ato de estar ressentido pelo fato da sociedade não se estagnar nos seus costumes e modos de vivência, não dá o direito legislativo, ético e moral de cometer crimes de ódio a determinadas categorias. Sendo assim, as crianças, espelhando o comportamento de pessoas mais velhas, podem eventualmente carregar consigo comportamentos inadequados (de ódio) e reproduzir as violências das quais ela vivencia no seu meio social. Essa reprodução negativa é um dos problemas estruturais que a sociedade enfrenta, a imitação da criança após presenciarem situações imprudentes é crítico para a sociedade da feita que se alimenta, se reproduz e se multiplicam os comportamentos maléficis, onde poderá afetar diversos grupos sociais.

Finco e Oliveira (2011, p. 61) ressaltam que “as experiências de gênero são vivenciadas desde as idades mais precoces, quando as crianças aprendem desde pequenas, a diferenciar os atributos ditos femininos e masculinos”. Os autores ainda enfatizam que as crianças, desde cedo, aprendem a diferenciar os aspectos que são atribuídos ao feminino e ao masculino, ou seja, dificilmente havendo a possibilidade de uma criação livre de padrões impostos por adultos.

Por essa razão, a criança somente pode apresentar o reflexo da sociedade vigente; o binarismo e a heteronormatividade é vista de acordo com o que é imposto pela coletividade em geral, por meio da imposição naturalizada, o reflexo desses comportamentos se dá também pela influência que figuras-modelo que transpassam para as demais gerações. E no sentido educacional, a escola, segundo Junqueira

é um espaço de reprodução social, um espaço de construção e transmissão de saberes, valores e preconceitos onde fabricamos sujeitos e produzimos identidades, em geral, a partir da perspectiva heteronormativa, masculina, branca, adulta, urbana... Nesse sentido, para que a escola possa fazer a sua parte da solução, será necessário reconhecer que, antes, ela faz parte do problema. (2007, p. 64)

Em paralelo à escola, no âmbito familiar, quando os responsáveis de uma criança subjagam-as, por exemplo, dizendo que sua filha, por ser do gênero feminino, não pode brincar de jogar bola (atividade esta que é ditada como masculina) e que seu filho, por conta de seu gênero masculino, não faz atividades domésticas (por conta de subjugar ser uma atividade exclusivamente feminina), é quando vemos a gênese de um ciclo interminável de atitudes e pensamentos machistas, sexistas e binários que estão sendo instaurados nas novas gerações e que influenciam diretamente, com uma intencionalidade negativa. E essa intencionalidade negativa se dá, sobretudo, a partir de uma ideia de opressão a todo viés que vai de contra a essa tradicionalidade. Finco (2013, p. 7) expõe que:

[...] as formas de controle disciplinar de meninas e meninos estão intrinsecamente relacionadas ao controle do corpo, à demarcação das fronteiras entre feminino e masculino e ao reforço de características físicas e comportamentos tradicionalmente esperados para cada sexo nos pequenos gestos e nas práticas rotineiras da educação (...).

Sendo assim, havendo diversos fatores que se tornam entraves nesse debate, o sucedimento de determinados comportamentos adquiridos através dessas gerações por meio da escola, da família e do âmbito social, é um verdadeiro atraso para a evolução dessa temática; essa excessiva carga de tradicionalidade oriunda de um tempo arcaico sem que tenha sequer uma visibilidade voltada às questões sociais que tangem o mundo, é vista no reflexo do comportamento das crianças.

Deve-se entender que a criança tem um corpo sexuado, em suas diversas brincadeiras e descobertas ela acaba desvendando os prazeres relacionados à ele, desse modo, a educação é essencial para alertá-las sobre as más intenções presentes nos indivíduos em geral, sejam eles familiares ou não. Mas, por outro lado, o meio conservador brasileiro tenta impedir (e de certa

forma consegue) que o assunto de gênero e sexualidade chegue às crianças; o projeto e movimento do “Escola sem Partido” é um exemplo do conservadorismo brasileiro que impede que esses assuntos sociais tão delicados e pertinentes estejam presentes nas escolas.

Dito isso, um dos entraves encontrados na sociedade para que essas abordagens não cheguem até ao seu público-alvo, é o Projeto de Lei - PL nº 867, de 2015 (BRASIL, 2015, p. 5), que tem como justificativa o seguinte:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis.

O que o PL não mencionou, é que “pais e responsáveis” também são passíveis de cometerem abusos e de serem negligentes com o assunto, por essa razão, uma falsa preocupação usando a justificativa receosa de “ideologias” serem implantadas ao que se diz respeito a moral e a pautas de educação sexual, só traz a possibilidade de a criança crescer e se desenvolver sem consumir a devida informação; desse modo, o papel da educação sexual se torna pertinente de ser abordado; não se ensinará o ato, mas se ensinará maneiras de identificar possíveis abusos. Monteiro, Storto e Ribeiro (2019) afirmam que não é necessário que os professores sejam “especialistas” nesses assuntos, mas que os professores se mostrem acessíveis e adultos que possam ser seu porto seguro para essas questões.

De acordo com a pesquisa de campo em uma escola feita por Santos (2017), o autor relata que além da implicação específica familiar, um grupo de crianças pertencente ao seu campo de observação afirmou, para ele, que as instituições religiosas que as quais elas participam, colaboram nessa divisão sexista e binária de formação de indivíduos femininos e masculinos, espalhando e, de certa forma, impondo as expectativas e modelos sobre o que é ser menino e ser menina. A família, e tudo pertencente à gênese oriunda desse núcleo, é um dos primeiros modos de perspectiva de mundo e de socialização que a criança tem, portanto, se a religião está inclusa e inserida nessa relação, ela também será um fator determinante na interferência das práticas culturais. Podendo se perceber que isso somente traz a mediocridade da sociedade que, por motivos esdrúxulos, tradicionalistas e antiquados, colocam entraves em assuntos de essencial formação; onde justamente esses entraves que impossibilitam uma educação e entendimento emancipatório da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipocrisia instalada nos discursos conservadores permanece contraditória em suas próprias convicções, é importante evidenciar que esses debates são atitudes eficientes que servem como um elemento balizador no processo de ensino e aprendizagem. A falha justificativa de “proteger as crianças” ao se tratar da educação sobre gênero e sexualidade, somente traz a ignorância ao indivíduo, em paralelo, o perigo de manter a desinformação poderá ocasionar em consequências desastrosas. Gênero e sexualidade é um tema atual, presente e essencial para realizar debates, levantamentos e trazer soluções pertinentes, sendo assim, deixar um indivíduo (independentemente de sua idade) fora dessa conversação, é inibir seu direito de conhecimento emancipatório.

Diante o exposto, os(as) professores(as), por possuírem a tarefa de apresentar a ciência e os processos de ensino, o primórdio essencial para uma boa educação é justamente fazer com que haja a apresentação de temas e circunstâncias a fim de que o(a) aluno(a) tenha acesso a informações e conhecimentos diversos e necessários para agregar a sua consciência e aprendizagem. Por essa razão, também é imprescindível que esses debates sejam estabelecidos nas escolas – independentemente dos níveis de ensino – para que os(as) alunos(as), os responsáveis, o corpo pedagógico e a comunidade em geral, também tenha conhecimento sobre essas pautas e os debates em questão. Uma criança emancipada, crítica e ciente de seus limites e dos outros, é uma ferramenta singular para ruptura de uma geração retrógrada, preconceituosa e passível de abusos, o debate é importante justamente para que se tenha noção das barreiras que não se pode ultrapassar.

Palavras-chave: Gênero, Educação, Criança, Ressentimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 867, de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=286B1B87D7AF413244ADA930E17D364D.proposicoesWeb1?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/201>. Acesso em: jul. 2023.

FINCO, D. Encontro com as diferenças na educação infantil: meninos e meninas na fronteira de gênero. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, v. 31, p. 169-184, nov. 2013.

FINCO, D.; OLIVEIRA, F. A sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e raça nas instituições de educação infantil. In: FARIA, A. L. G.; FINCO, D. (Org.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 55-80.



FONTANA, Roseli Aparecida Cação; CRUZ, Maria Nazaré da. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997. 232 p.

FORNER, Amanda. **Entre as sombras da razão e as feridas emocionais: implicações sobre a semiformação como esfera do ressentimento no campo educativo**. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNQUEIRA, Rogério D. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula R. C. et al. **Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande: FURG, 2007, 127.

MONTEIRO, S. A. de S.; STORTO, L. J.; RIBEIRO, P. R. M. Educação infantil: uma reflexão plural da história e da sexualidade. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 237-252, jan./mar., 2019. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v14i1.11865

SANTIAGO, Flávio; DE FARIA, Ana Lúcia Goulart. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. **Educação e Fronteiras**, v. 5, n. 13, p. 72-85, 2015.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales. Socialização de gênero na educação infantil: continuidades e rupturas vivenciadas pelas crianças na família, na igreja e na escola. **Educação**, v. 42, n. 3, p. 731-750, 2017.